

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 347

Período: 05/09/2009 – 11/09/2009

GEDES – Brasil

- 1- Brasil e França assinam acordo militar
- 2- Programa FX-2: governo brasileiro anuncia precipitadamente resultado da seleção dos caças e volta atrás após constrangimento
- 3- Programa FX-2: Estados Unidos e Suécia não consideram escolha finalizada
- 4- Programa FX-2: propostas sobre transferência de tecnologia podem decidir escolha do caça para a FAB
- 5- Físico afirma que Brasil domina conhecimento e tecnologia para a construção de armas nucleares
- 6- Especialista afirma que Brasil não precisa de bomba atômica
- 7- FAB estuda a possibilidade de criação de novas bases
- 8- Brigadeiro da reserva é demitido da Agência Espacial Brasileira após discussão com presidente de honra do Partido Socialista Brasileiro
- 9- OEA cobra explicações sobre tortura durante a Guerrilha do Araguaia
- 10- Nelson Jobim discute possível mudança que daria poder de polícia às Forças Armadas

1- Brasil e França assinam acordo militar

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, Brasil e França assinaram no dia 07/09/09 um acordo militar no qual o Brasil irá adquirir quatro submarinos convencionais da classe Scorpène, a integração de um reator brasileiro a um submarino nuclear e a construção de uma base e um estaleiro, no valor de R\$ 22,5 bilhões, bem como acordos de cooperação referentes à atualização operacional do Exército brasileiro. Uma das críticas ao acordo Brasil-França se refere ao final da parceria com a Alemanha, que atualmente apresentou uma nova geração de submarinos considerada superior e mais barata do que o modelo francês. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a construção do estaleiro também gera dúvidas, pois foi escolhida sem licitação pela companhia francesa DNSC, responsável pela obra. A transferência de tecnologia é o principal objetivo da parceria Brasil-França, haja vista que outros países, como os Estados Unidos, possuem políticas restritivas nesta área. Buscando justificar os gastos militares, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva citou a preocupação em defender a Amazônia e as descobertas de petróleo na camada pré-sal. Na véspera da assinatura do acordo, o jornal *Folha de S. Paulo* expôs três opiniões sobre as compras militares. Em coluna opinativa, a jornalista Eliane Cantanhêde apoiou a iniciativa brasileira de rearmar suas Forças Armadas, destacando a importância de se tratar de uma política de Estado que visa proteger as riquezas naturais brasileiras a longo prazo. O almirante Júlio Soares de Moura Neto, em entrevista para o jornal, também elogiou as aquisições militares e justificou a necessidade de um submarino de propulsão nuclear com a afirmação de que “os

inimigos não são claros e existem muitos riscos que envolvem sobretudo o petróleo. O submarino convencional trabalha com bateria e, de tempos em tempos, precisa subir à superfície para recarregá-la. Já o de propulsão nuclear produz energia elétrica lá dentro dele mesmo e pode ficar permanentemente submerso. Além disso, ele anda em alta velocidade. Ninguém sabe onde ele está. Isso traz uma capacidade de dissuasão enorme, que só têm EUA, Reino Unido, França, Rússia e China.” O almirante ainda criticou as pessoas que apresentaram ressalvas à aquisição do Scorpène, argumentando que os países que o utilizam estão satisfeitos com sua operação. Finalmente, em outra entrevista, o especialista em história militar, João Roberto Martins Filho, da Universidade Federal de São Carlos, analisou o acordo com a França como reflexo da atual sintonia de interesses entre o Ministério da Defesa e as Forças Armadas brasileiras. Outro ponto abordado por Martins referiu-se à tentativa de distanciamento por parte do Brasil em associar-se exclusivamente aos Estados Unidos, afinal este país “não tem interesse em fazer um acordo que destaque o Brasil na América do Sul, onde vêm privilegiando a Colômbia, e porque o foco de sua política está no Iraque e no Afeganistão.” O jornal *O Estado de S. Paulo* destacou que a bem sucedida parceria franco-brasileira pode levar a França a vender outros produtos para o Brasil, tais como os lançadores de foguete Astrium, sendo que em julho de 2009 o ministro da Defesa, Nelson Jobim, visitou instalações francesas que produzem satélites e veículos lançadores. Além disso, o governo brasileiro pretende dar sequência na construção da usina nuclear Angra 3 e de outras plantas nucleares em cooperação com a França. A declaração conjunta da segunda visita ao Brasil do presidente francês Nicolas Sarkozy deixou clara a opinião dos dois países em relação a dois pontos: incentivar a negociação em andamento entre o grupo francês Areva e a Eletronuclear sobre a retomada das obras de Angra 3 e a cooperação para a prospecção de urânio; e a aproximação entre as companhias brasileiras e francesas do setor para possibilitar a construção de novas usinas term nucleares. Em coluna opinativa no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 08/09/09, o professor de filosofia política da Universidade de Campinas, Marcos Nobre, afirmou que o ano da França no Brasil foi uma grande oportunidade para se fechar grandes negócios no setor militar. Entretanto, as explicações oficiais sobre as escolhas são insuficientes e aqueles que exigem maiores esclarecimentos são taxados de antinacionalistas. Para Marcos Nobre é fundamental um aparelhamento adequado das Forças Armadas brasileiras, que seja compatível com a extensão do país e com o atual patamar de armamento sul-americano. O acordo militar assinado com a França no dia 07/09/09 leva o Brasil a se tornar uma potência hegemônica regional incontestada, o que acarreta gastar muito mais recursos do que o necessário para manter o equilíbrio bélico regional. Conforme análise de especialistas da área militar publicada pelo *Jornal do Brasil*, a compra de novos equipamentos para as Forças Armadas permitirá ao país trabalhar com tecnologia de ponta e reforçar sua posição de líder regional. O investimento de bilhões de dólares também servirá como propulsor do anseio brasileiro em conseguir um assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Alfredo Valladão, diretor da cátedra de Mercosul do Instituto francês de Ciências Políticas, afirmou que o governo Lula almeja que o Brasil se torne uma potência mundial dentro dos próximos 10 ou 15 anos e a aquisição de novos armamentos possibilitará ao país um melhor controle de seu território, como a região amazônica e suas reservas de petróleo. (Folha de S. Paulo – Brasil – 06/09/09;

Folha de S. Paulo – Opinião – 06/09/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 07/07/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 08/09/09; Jornal do Brasil – País – 11/09/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/06/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/09/09).

2- Programa FX-2: governo brasileiro anuncia precipitadamente resultado da seleção dos caças e volta atrás após constrangimento

Segundo notícias publicadas pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, precipitou-se no dia 07/09/09 em anunciar a escolha do caça francês modelo Rafale para o programa FX-2, que prevê a compra de caças para a Força Aérea Brasileira. O anúncio foi feito durante um jantar com o presidente francês, Nicolas Sarkozy, que estava no Brasil para formalizar o acordo militar referente à compra dos submarinos. Lula já havia declarado em algumas entrevistas para rádios francesas que as negociações entre os dois países estavam “muito avançadas”. Entretanto, a decisão inesperada deixou de lado etapas da negociação e excluiu as duas outras empresas concorrentes, a norte-americana Boeing e a Sueca Saab, o que causou constrangimento e desconforto nos membros do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, que não haviam sido informados da decisão final. Para amenizar a repercussão de sua declaração, Lula recuou e, em nota no dia 08/09/09, afirmou que o processo ainda não foi finalizado. A informação foi passada pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, que afirmou que embora a expectativa de escolha final seja mesmo pelos caças da empresa francesa Dassault, a oficialização a parceria só será feita após negociações sobre o preço. Jobim defendeu a regularidade e o cumprimento dos prazos a fim de evitar problemas jurídicos futuros e esclareceu que a decisão final sobre o processo de escolha dos caças será tornada pública somente após autorização do Conselho de Defesa Nacional. De acordo com os jornais, a repercussão das declarações precipitadas do presidente Lula não agradou o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, já que o relatório da Força Aérea Brasileira (FAB) sobre as três opções de aeronaves ainda não foi entregue à Presidência. Em entrevista à *Folha* no dia 11/09/09, Saito alegou que a culpa da confusão foi da imprensa que se precipitou ao ligar o pronunciamento do presidente Lula ao projeto FX-2. Saito afirma que ao tratar de “Aeronáutica”, o presidente pode ter se referido a vários assuntos, como a compra de helicópteros que já tinha sido decidida. Segundo notícia publicada pela *Folha* em 11/09/09, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, não considerou um erro o anúncio feito pelo presidente Lula a respeito de sua inclinação pelos caças franceses. Para o ministro, a preferência do presidente não irá retirar as formalidades da licitação, entre elas a negociação com as outras concorrentes. O *Jornal do Brasil* publicou notícia afirmando que apesar das tentativas de reparação feitas pelo ministro da Defesa, ficou evidente que a decisão de Lula já foi tomada e seguiu interesses políticos. A confusão pode render ao governo a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito de Equipamentos Bélicos para investigar o caso. De acordo com o *Estado de S. Paulo*, o delegado Marcelo Itagiba mobilizou-se para colher assinaturas para a abertura do processo, alegando falta de transparência na seleção dos caças para o Projeto FX-2. O ministro da Defesa francês, Hervé Morin, tentou amenizar a situação e anunciou que a garantia de que o modelo Rafale seja o escolhido só virá com a assinatura do contrato

e que a oficialização da venda dependerá de questões-chaves como transferência de tecnologia, condições de financiamento, processos industriais, sistemas de armas e cooperação. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, com a finalização do laudo da FAB sobre os caças, o vencedor técnico será aquele que melhor corresponder aos setores analisados pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (Copac): técnico (garantias), operacional (armamento e capacidade de carregamento de arma), transferência de tecnologia, *offset* e comercial. Segundo o brigadeiro Dirceu Tondolo Noro, após o parecer técnico da FAB a decisão final será puramente política. Caso o caça escolhido pela FAB não seja o mesmo eleito por Lula, o presidente terá que explicar sua preferência. Em coluna opinativa publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 10/09/09, a jornalista Eliane Cantanhêde criticou o anúncio precoce feito pelo presidente sobre a opção brasileira pelos caças franceses. Cantanhêde apontou que o anúncio presidencial rendeu sérios problemas à FAB, que comanda o processo de escolha seguindo normas rígidas e informações técnicas e que tal tipo de decisão não pode ser tomada sem levar em consideração o laudo técnico. Para Cantanhêde, os trâmites normais do processo deveriam ter sido seguidos, demonstrando uma decisão tomada com profissionalismo e compostura. No dia 11/09/09, a jornalista afirmou que o melhor desfecho para o governo brasileiro é que a comissão encarregada de realizar a avaliação técnica dos caças aponte o modelo Rafale. Caso contrário, o governo estará numa posição delicada onde a opção pelo Rafale terá que ser muito bem argumentada como uma decisão política. (Folha de S. Paulo – Brasil – 07/09/09, Folha de S. Paulo – Brasil – 08/09/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 09/09/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 10/09/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 11/09/09; Jornal do Brasil – Sociedade Aberta – 10/09/09; Jornal do Brasil – País – 10/09/09; Jornal do Brasil – País – 11/09/09 O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/09/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/09/09).

3- Programa FX-2: Estados Unidos e Suécia não consideram escolha encerrada

Conforme noticiado pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* em 09/09/09, o governo dos Estados Unidos ainda não avaliou como finalizada a disputa pelo fornecimento dos caças ao Brasil. Um porta-voz do Departamento de Estado norte-americano informou que considera a proposta da Boeing forte e competitiva e destacou que o governo dos EUA apóiam a venda dos modelos F-18 e também a “transferência de toda a tecnologia necessária”. Segundo o *Estado*, a própria secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, enviou carta ao presidente brasileiro prometendo a transferência de tecnologia. De acordo com a proposta estadunidense, o valor do F-18 Super Hornet seria 40% menor que o do modelo francês, o Rafale. Michael Shifther, professor da Universidade Georgetown e vice-presidente da instituição Diálogo Interamericano, afirmou que o Brasil adquiriu peso geopolítico e que a América Latina não pode mais ser encarada como quintal dos EUA. De acordo com notícia publicada pela *Folha* em 10/09/09, o governo norte-americano aumentou esforços em favor do modelo F-18 da empresa americana Boeing. Em resposta à intenção de compra pelo governo francês de 10 a 15 unidades do cargueiro KC-390, os EUA apontam a possibilidade de aquisição do caça leve brasileiro Super Tucano para compor a frota da Aeronáutica norte-americana. De acordo com o *Jornal do Brasil*, Marco Aurélio Garcia,

assessor do presidente Lula para assuntos internacionais, afirmou que não há mal-estar diplomático entre Brasil, Estados Unidos e Suécia, apesar das declarações do presidente brasileiro afirmando a preferência pelo Rafale. Em 09/09/09, a embaixada estadunidense no Brasil divulgou nota mostrando-se insatisfeita com a declaração de Lula. A *Folha* e o *Estado* publicaram em 11/09/09 que a empresa sueca Saab também se considera viva na disputa e reforçou sua proposta de transferência de tecnologia-chave. Para o diretor-geral da Saab no Brasil, Bengt Janer, o anúncio do presidente Lula foi resultado de pressão política. Janer ainda apontou que o diferencial sueco é que o caça Gripen será desenvolvido em conjunto com o Brasil, contrariamente aos modelos francês e norte-americano que já estão prontos. Assim como os governos francês e norte-americano, o governo sueco mostrou-se disposto a comprar caças brasileiros. (Folha de S. Paulo – Brasil – 09/09/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 10/09/09; Folha de S. Paulo – Brasil – 11/09/09; Jornal do Brasil – País – 10/09/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/09/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/09/09)

4- Programa FX-2: propostas sobre transferência de tecnologia podem decidir escolha do caça para a FAB

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em favor da proposta francesa foi fortemente influenciada por uma carta sigilosa do presidente francês Nicolas Sarkozy, na qual se apontava uma provável transferência irrestrita de tecnologia dos caças Rafale para o Brasil e preços razoáveis e competitivos. Em relação à comercialização do modelo dentro da América Latina, a carta indicava que o Brasil assumiria este mercado a partir da produção ou montagem do Rafale pela Embraer. Um interlocutor direto do presidente brasileiro assegurou que o único detalhe que assegura o fechamento do acordo com a França é o preço dos caças. Em resposta à proposta francesa de transferência de tecnologia, o governo norte-americano concordou em transferir ao Brasil a tecnologia do caça F-18 Super Hornet, além da possibilidade da montagem dos aviões em território brasileiro. A principal diferença entre as duas propostas, apontou a *Folha*, é que os EUA oferecem a transferência do conhecimento necessário e a francesa não impõe limites à transferência de tecnologia – diferença fundamental para a decisão do projeto FX-2, aponta Nelson Jobim, ministro da Defesa. Marco Aurélio Garcia, assessor internacional da Presidência, defendeu uma “decisão política” do governo e afirmou que parcerias entre Brasil e EUA não possuem bons antecedentes, lembrando o veto à venda para a Venezuela de Super Tucanos no ano de 2006. Garcia, no entanto, analisou que a promessa de transferência de tecnologia por parte da França não foi detalhada. De acordo com o *Estado*, 35 empresas brasileiras receberiam a tecnologia dos caças Rafale, e o programa de cooperação incluiria corporações privadas, o Comando Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA) e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Segundo Salvador Raza, especialista em planejamento estratégico e de segurança, a decisão final sobre a compra dos caças é política. Para ele, o ciclo de vida do avião e o custo de manutenção são critérios técnicos que devem ser considerados na decisão final, mas os valores, preferências e até vaidade também podem influenciar a decisão brasileira. O especialista afirmou ainda que a discussão sobre o tema no Brasil é muito

pulverizada – os aspectos técnicos cabem às Forças Armadas, os operacionais estão no Ministério da Defesa e os políticos estão em mais de um setor –, o que dificulta o processo de decisão sobre o programa FX-2. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, Charles Edelstenne, presidente da Dassault Aviation (responsável pela proposta francesa), afirmou que a decisão sobre a compra dos caças é política e apontou que o possível sucesso da negociação é mérito do presidente Nicolas Sarkozy. Edelstenne garantiu a oferta de tecnologia ao Brasil e o acompanhamento no desenvolvimento de projetos futuros. O presidente da Dassault afirmou também que a produção dos aviões será feita na França. Segundo o *Estado*, caso o Rafale seja o eleito para o programa FX-2, os seis primeiros caças serão montados na França, na usina da Dassault em Mérignac, e os 30 restantes também serão montados em território francês, mas contarão com a incorporação de peças brasileiras. A previsão de entrega das aeronaves é 2012 ou 2013. O jornal também informou que a construção de modelos em território brasileiro só seria considerada se o governo decidir substituir mais 120 caças da FAB, neste caso a subsidiária brasileira seria autorizada também a vender os Rafale para outros países latino-americanos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 10/09/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/09/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 10/09/09).

5- Físico afirma que Brasil domina conhecimento e tecnologia para a construção de armas nucleares

Segundo o *Jornal do Brasil*, a tese de doutorado do físico Dalton Ellery Girão Barroso, realizada no Instituto Militar de Engenharia (IME) do Exército, traz à tona a notícia de que o Brasil possui totais condições de produzir uma bomba nuclear. Os principais resultados das pesquisas foram publicados no livro *A Física dos explosivos nucleares* (Editora Livraria da Física) e causou divergências entre o governo brasileiro e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), responsável por fiscalizar os artefatos nucleares no mundo. A AIEA suspeitou que o caráter secreto da pesquisa pudesse evidenciar uma iniciativa brasileira para avançar na possibilidade de construir a arma nuclear. Alguns militares mostraram-se insatisfeitos ao verem a AIEA se intrometer em estudos acadêmicos de um instituto ligado ao Exército. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, discordou da interferência da AIEA no assunto, assim como apresentou ressalvas à forma como o Ministério das Relações Exteriores conduziu tal questão de soberania nacional. Jobim declarou que a resposta para possíveis acusações de que o Brasil teria intenções de produzir artefatos nucleares está na Constituição de 1988, a qual garante o não desenvolvimento deste tipo de tecnologia. Todavia, o jornal questionou que foi próprio ministro da Defesa quem se posicionou contra a assinatura por parte do Brasil do último protocolo adicional pedido pela AIEA. Jobim argumentou que essa assinatura prejudicaria a construção do submarino de propulsão nuclear brasileiro, previsto para daqui a 10 anos. De acordo com o *Jornal do Brasil*, essa não é a primeira vez que a AIEA e o governo brasileiro passam por controvérsias. Em 2004, foi negada a tentativa de agentes da instituição internacional de terem acesso às centrífugas de enriquecimento de urânio das usinas de Resende, no estado do Rio de Janeiro. O especialista em estratégia militar e ex-ministro Alberto Mendes Cardoso foi procurado pelo *Jornal do Brasil* e afirmou que o Brasil já domina o

conhecimento e, se quisesse, poderia utilizar a tecnologia para construção da bomba nuclear. Rex Nazaré Alves, professor do IME, também afirmou ao jornal que o país já domina o conhecimento e a tecnologia necessária para a fabricação da bomba. Ele diz que se o país tivesse interesse, desenvolveria a bomba atômica porque já atingiu um padrão de conhecimento. De acordo com notícia publicada pelo *Jornal do Brasil* em 10/09/09, as descobertas de Barroso não apresentam ameaça à segurança internacional. O jornal aponta que os temores da AIEA sobre a possibilidade de terroristas terem acesso à tecnologia nuclear são naturais, mas que a investigação do físico brasileiro foi realizada dentro de um instituto de pesquisa subordinado ao Exército. Pesquisa realizada apontou que 81,25% dos leitores do *Jornal do Brasil* afirmam ser importante o conhecimento brasileiro na produção de armas nucleares. Segundo Expedito Bastos, pesquisador de Assuntos Militares da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o conhecimento do processo de construção de uma bomba atômica é objeto de “barganha” internacional. Eurico Figueiredo, coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), afirma que há uma distância muito grande entre deter o conhecimento sobre como fazer a bomba e realmente fabricá-la. Figueiredo alega que o Brasil deve começar a discutir se deseja fazer parte do grupo de países que possuem armas nucleares, mas relembra os entraves jurídicos que tal decisão acarretaria – além das problemáticas constitucionais, o Brasil é signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. O jornal ainda publicou que Severiano Alves, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, tem a intenção de envolver os deputados na discussão sobre o programa nuclear brasileiro. As opiniões dos senadores brasileiros divergem acerca do assunto, mas a maior parte acredita que uma explicação por parte de Barroso sobre sua pesquisa é bem-vinda. Além da AIEA, a embaixada norte-americana no Brasil procurou o Ministério das Relações Exteriores para esclarecer questões a respeito da pesquisa de Barroso. O *Jornal do Brasil* noticiou que Jobim deverá prestar esclarecimentos na próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado sobre a capacidade brasileira de produzir bombas nucleares. O deputado Raul Jungmann pretende questionar o ministro sobre os motivos que levaram o Brasil a não assinar o protocolo adicional do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. (*Jornal do Brasil – País – 06/09/09; Jornal do Brasil – País – 08/09/09; Jornal do Brasil – País – 09/09/09; Jornal do Brasil – País – 10/09/09; O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/09/09*).

6- Especialista afirma que Brasil não precisa de bomba atômica

De acordo com coluna opinativa publicada no *Jornal do Brasil*, Joanisval Gonçalves, doutor em Relações Internacionais e especialista em Inteligência, afirmou que o Brasil não precisa de uma bomba atômica. Gonçalves ressaltou que o desejo brasileiro de dominar a tecnologia nuclear data do período da Guerra Fria, quando tal possibilidade se mostrava importante dentro da realidade geopolítica regional e global da época. No entanto, com as mudanças no cenário político mundial, o programa nuclear brasileiro foi conduzido, sabiamente apontou o especialista, a uma perspectiva de desenvolvimento de tecnologia nuclear para fins pacíficos. Além dos empecilhos constitucionais, o Brasil é signatário de diversos tratados que proíbem o

desenvolvimento de tecnologia nuclear para fins não-pacíficos. Gonçalves alegou que é importante o conhecimento sobre a tecnologia nuclear, mas que este deve ser empregado em outros setores que não possuam objetivos bélicos, tal como a produção de energia e a aplicação na medicina. Para o especialista, a confecção de uma bomba atômica deixaria o Brasil em posição desconfortável no cenário mundial e não alçaria o país à condição de grande potência. A defesa nacional, ao invés de gastar com o desenvolvimento da bomba, deveria incentivar as Forças Armadas com melhores salários e investimento em tecnologia de armamentos convencionais. (Jornal do Brasil – Sociedade Aberta – 11/09/09).

7- FAB estuda a possibilidade de criação de novas bases

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o comando da Força Aérea Brasileira (FAB) estuda a possibilidade de criação de ao menos dois novos grupos de aviação de caça, nas regiões norte e nordeste do Brasil, deslocando para essas áreas parte da frota atual, formada por F-5EM, bombardeiros leves AMX e, talvez, o Mirage 2000C/B. No arranjo das novas unidades de ataque e interdição, está sendo considerada a necessidade de intervenção na região da Amazônia, fronteiras norte-noroeste e a projeção sobre o oceano Atlântico a partir de pontos no litoral do nordeste. Tal proposta surgiu após o anúncio no dia 07/09/09, em Brasília, da escolha do caça Rafale-3, a versão mais avançada do supersônico francês, para integrar a frota da Aeronáutica. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/09/09).

8- Brigadeiro da reserva é demitido da Agência Espacial Brasileira após discussão com presidente de honra do Partido Socialista Brasileiro

De acordo com notícia publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o brigadeiro da reserva Antonio Hugo Pereira Chaves, diretor de Transporte Especial de Licenciamento da Agência Espacial Brasileira, foi demitido pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após desentendimento com Roberto Amaral, presidente de honra do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e ex-ministro de Ciência e Tecnologia. A briga entre os dois ocorreu durante reunião onde se discutiam os atrasos do projeto de lançamento do Cyclone 4, foguete teste da binacional Alcântara Cyclone Space, da qual Amaral é o diretor-geral brasileiro. Os atrasos foram apontados pelo brigadeiro como decorrentes de maus gastos de recursos públicos e da má gestão da empresa binacional. Amaral, por sua vez, alegou que parte do atraso do projeto deve-se a desentendimentos entre setores ambientais e quilombolas, que habitam a área de lançamento do foguete-teste. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/09/09).

9- OEA cobra explicações sobre tortura durante a Guerrilha do Araguaia

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) pediu ao Brasil esclarecimentos acerca da possível violação dos direitos humanos cometidas por militares durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1975). A denúncia foi feita pelo Grupo Tortura Nunca Mais, pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil) e pela Comissão de

Familiares de Mortos de Desaparecidos Políticos de São Paulo. De acordo com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o prazo para o governo apresentar sua defesa é 2 de novembro de 2009. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/09/09).

10- Nelson Jobim discute possível mudança que daria poder de polícia às Forças Armadas

Segundo os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, Nelson Jobim, ministro da Defesa, se reuniu com Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados, e com líderes de partidos políticos para apresentar projetos que visam alterar a Lei Complementar 97, conferindo às Forças Armadas poder de polícia, além de conceder mais poder político ao Ministério da Defesa. Outra possível mudança refere-se à indicação dos comandantes das Forças, que atualmente é prerrogativa do presidente da República, cabendo ao ministro da Defesa apenas uma consulta. Com a alteração, o ministro poderia indicar os nomes ao presidente para que então ocorresse a escolha oficial. Um terceiro ponto discutido foi a substituição do Estado-Maior de Defesa pelo Estado-Maior de Defesa conjunto das Forças Armadas; e a criação da Secretaria de Produtos de Defesa, com autoridade para definir as compras dos materiais para as três Forças. Há ainda uma proposta de mudança do comando da Escola Superior de Guerra para o Distrito Federal, mantendo sua estrutura funcionando na cidade do Rio de Janeiro. Em Brasília seria instalado um campus avançado para o estudo de estratégia e defesa. (*Folha de S. Paulo* – Brasil – 09/09/09; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 09/09/09).

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br.

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Redatora, mestre em Relações Internacionais); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);

Pedro Henrique Martins (Redator, graduando em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).